

Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar

Resumen:

Este trabajo analiza la organización de las mujeres rurales en Brasil durante los últimos treinta años. A través de grupos organizados, las campañas, experiencias comerciales y productivas, se han movilizizado en torno a varios movimientos, con el fin de hacer visible el punto de vista de las mujeres sobre el desarrollo rural, especialmente sobre la soberanía alimentaria y los temas de seguridad. El estudio muestra cómo –a través de sus prácticas sociales y en disputa con otros grupos políticos– estas mujeres han obtenido la legitimidad de sus demandas relacionadas con el desarrollo sostenible y, en consecuencia, se han constituido como nuevos actores políticos. Estas mujeres, a pesar de sus diferencias, han construido sus identidades comunes, como campesinas y activistas de los movimientos de mujeres, como resultado de su participación en las acciones políticas que ponen en cuestión las desigualdades de género en el campo, así como el modelo productivo no sostenible. El documento también aborda temas como los movimientos que están involucrados recientemente, el proceso de diálogo iniciado con el gobierno federal con el fin de construir políticas públicas de género para las mujeres rurales, y las cuestiones que están en la agenda para reforzar las alianzas con otros movimientos (como los consumidores) con el fin de obtener el reconocimiento de su proyecto de modelo de agricultura y de consumo sostenible.

Palabras clave:

movimientos de mujeres del medio rural, soberanía alimentaria, seguridad alimentaria, desarrollo rural, cuestiones de género

Abstract:

This paper analyses the organization of rural women in Brazil during the last thirty years. Through organized groups, campaigns, commercial and productive experiences, they have mobilized themselves around several movements, in order to make visible women's point of view on rural development, especially on food sovereignty and security themes. The study demonstrates how –through their social practices and in dispute with other political groups– these women have obtained legitimacy for their demands related to the sustainable development and, as a result, have constituted themselves as new political agents. These women, despite their differences, have built common identities as peasants and activists of the women's movements, a result of their involvement in political actions which question gender inequalities in the countryside as well as the unsustainable productive model. The paper also comments themes these movements are involved lately; the process of dialogue started with federal government in order to built gendered public policies to rural women; and issues that still are in the agenda to reinforce alliances with other movements (as consumers) to make their project of sustainable agricultural and consumption model be recognized.

Key words:

rural women movements, food sovereignty, food security,
rural development, gender issues

Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar

I. Breve história da organização das mulheres rurais no Brasil

O aparecimento dos movimentos de mulheres rurais remonta aos anos 1980 no Brasil, com as primeiras manifestações por seu direito à sindicalização de forma independente de pais, irmãos, maridos. Vivia-se um período de ressurgimento dos movimentos sociais após vinte anos de ditadura militar. Movimentos feministas urbanos reivindicavam direitos para as mulheres; ecos dessas questões chegariam às mulheres rurais, que se organizavam em grupos, com o apoio de setores das igrejas progressistas, como parte da proposta de disseminação das Comunidades Eclesiais de Base.

Suas primeiras lutas foram pelo reconhecimento da sua profissão enquanto agricultoras e por direitos decorrentes desse reconhecimento. Mobilizaram-se para ter acesso

à terra (mediante a titulação conjunta com os companheiros, e a adjudicação de lotes a mulheres chefes de família, nos assentamentos de reforma agrária); para que constasse em seus documentos que eram trabalhadoras rurais ou agricultoras (ao invés de “donas de casa” ou “domésticas”); para exercer seus direitos sociais, previdenciários e sindicais (de participação como sócias e como dirigentes das agremiações); e também para obter um melhor atendimento no sistema de saúde.

Suas primeiras aparições públicas em eventos massivos ocorreram ainda em meados daquela década, em um processo de mobilização dos movimentos de mulheres para influenciar a Assembléia Nacional Constituinte, fazendo marchas à capital federal (Brasília) e abaixo-assinados (um deles com 100.000 assinaturas). Obtiveram duas importantes conquistas na nova Carta, promulgada em 1988:

a menção explícita ao direito das mulheres à terra, e sua inclusão como beneficiárias da previdência social (conquistando o direito à aposentadoria, à licença-saúde, e à licença-maternidade) na condição de seguradas especiais. A regulamentação dos direitos adquiridos e a garantia da sua efetivação foram motivos de muitas outras manifestações nos anos seguintes.

As tensões dentro dos movimentos mistos (sindicais, de luta pela terra e outros, formados por homens e mulheres) por conta da não priorização dos problemas apontados pelas mulheres, assim como a existência de especificidades regionais, fez com que parte das lideranças femininas decidisse formar movimentos autônomos. Constituíram-se assim, ao longo da década de 1990, os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs), principalmente no Sul e no Nordeste do país (alguns dos quais se unificaram na década de 2000, sob o nome de Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, ingressando na Via Campesina); a articulação das quebradeiras de Coco Babaçu no Norte-Nordeste (que viria a se transformar, em meados da década de 1990, no Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, MIQCB); e, posteriormente, diversas organizações de representações específicas (de pescadoras, de indígenas e de quilombolas, entre outras). As mulheres rurais também participaram ativamente da construção de associações de produtores, cooperativas e

experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, da pesca e artesanais, ajudando a construir as redes de economia solidária e de produção agroecológica hoje existentes no país (SILIPRANDI, 2009).

Parte expressiva das militantes rurais permaneceu dentro das organizações mistas quanto ao gênero, tais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Disputaram internamente espaços para as suas reivindicações, assim como a adoção de medidas que ampliassem a sua participação e o seu poder nas instâncias de decisão dos movimentos (cotas, atividades de formação específicas para mulheres, combate às discriminações e à violência dentro das entidades, debates sobre as relações de gênero, criação de creches para o cuidado dos filhos, entre outras propostas). Na CONTAG, desde 1991 esse trabalho é coordenado pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural; no MST, pelo Setor de Gênero, criado em 1996.

A primeira década dos anos 2000 pode ser considerada como o período em que agricultoras apareceram publicamente pela primeira vez como produtoras rurais propriamente ditas, reivindicando também o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas, e exigindo tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado. Podemos citar como exemplos dessa atuação as Marchas das Margaridas organizadas em 2000, 2003

e 2007 por um conjunto de organizações coordenadas pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da CONTAG; e as grandes manifestações da Via Campesina nas comemorações do dia 8 de março, ocorridas a partir de 2006. Paralelamente, avançaram também no aprofundamento da discussão das relações de gênero e do seu papel dentro das famílias e na sociedade, reivindicando mudanças na divisão sexual do trabalho, questionando sua falta de poder dentro de casa e denunciando a violência de gênero.

A primeira Marcha das Margaridas, homenagem à líder sindical rural Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, foi organizada como parte do movimento internacional Marcha Mundial de Mulheres, originado no Canadá, em 1995. Vinte mil trabalhadoras rurais se reuniram em Brasília, em agosto do ano 2000, sob a bandeira “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, após quase um ano de preparação, com eventos regionais e municipais em todo o país (SILVA, 2008).

Em 2003, ocorreu a segunda Marcha, com cerca de 50 mil mulheres, a maior realizada até o momento. Na pauta, um conjunto de reivindicações históricas dos movimentos: o reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras na agricultura; reforma agrária com acesso à terra para as mulheres; ampliação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários; acesso à documentação básica; políticas de saúde, educação. Aparecem aqui pela primeira

vez as bandeiras de acesso das mulheres a políticas produtivas (crédito, assistência técnica, formação profissional, geração de renda, comercialização); a exigência da sua participação na definição das políticas de preservação ambiental; e políticas de prevenção da violência contra as mulheres no meio rural (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

A terceira Marcha das Margaridas ocorreu em 2007, também em Brasília, com cerca de 30 mil mulheres. Sua pauta, bastante extensa, além das reivindicações históricas dos movimentos, incluía a questão da segurança alimentar e nutricional. As mulheres faziam críticas ao modelo do *agronegócio* e do *hidronegócio*, e propunham a agroecologia como base para a construção de um novo modelo produtivo para o campo – uma frente de lutas que não fazia parte, até então, da agenda geral do movimento sindical. Por outro lado, cobravam posições dos demais sindicalistas e dos governos com relação à questão da violência de gênero no campo, exigindo o cumprimento da Lei Maria da Penha, de prevenção da violência contra as mulheres, que havia sido promulgada em 2006.

Grandes manifestações também foram protagonizadas pelas mulheres da Via Campesina, que têm organizado, por vários anos, uma série de eventos públicos para marcar a passagem do Dia Internacional da Mulher (8 de março) como uma jornada de lutas. No Brasil, essas ações foram coordenadas pelo MMC (originário dos MMTRs) e pelas mulheres do MST.

O mais famoso desses eventos foi a ocupação dos laboratórios de produção de mudas de eucaliptos da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, em 2006, realizada por duas mil agricultoras. A mobilização tinha o objetivo de denunciar as conseqüências sociais e ambientais do avanço do “deserto verde” criado pelo monocultivo de eucaliptos e outras espécies florestais, e a expulsão violenta de indígenas e camponeses de terras reivindicadas pela Aracruz, ocorrida no início daquele ano, no estado do Espírito Santo (sudeste do Brasil). A ação foi definida por elas como uma manifestação contra o *agronegócio* e em defesa de um *projeto de agricultura camponesa*, que respeite a natureza, produza alimentos para o auto-sustento, conserve a biodiversidade e promova a soberania alimentar (MMC, 2006).

Nos anos seguintes, nessa mesma época do ano, foram promovidas ocupações de fazendas, de prédios públicos, de redes de *fast-food*. Os temas privilegiados por esses movimentos têm sido: a soberania alimentar, a defesa da biodiversidade e a promoção da alimentação saudável, tendo como eixo maior a afirmação de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, baseado no campesinato.

Podemos considerar que o aparecimento das mulheres rurais em ações de impacto político (como as comentadas acima) é parte do processo de afirmação de sua identidade enquanto mulheres, em meio a um conjunto de categorias que vivem no campo, e que

se aglutina em torno de questões diferenciadas: “sem-terra”, “atingidos por barragens”, “seringueiros”, “canavieiros”, “pequenos agricultores”, mostrando o quanto a questão agrária brasileira permanece multifacetada e complexa (MEDEIROS, 2007). Essa afirmação de identidade das mulheres enquanto um movimento, que, de certa forma, perpassa todas essas categorias, vem se dando como fruto do questionamento de gênero que passou a ser incorporado nos discursos e nas práticas dos distintos movimentos; e, ainda, em função do amadurecimento da organização política das próprias mulheres. Como veremos a seguir, os problemas das mulheres não dizem respeito apenas ao mundo público, mas também ao mundo doméstico e à visão de agricultura familiar (ou camponesa) que se quer afirmar. Nesses processos, elas têm buscado ultrapassar os bloqueios existentes, para que possam aparecer com posições próprias.

Têm contribuído para esse processo organizativo a presença, em todo o país, de organizações não-governamentais de apoio ao desenvolvimento rural, que passaram a utilizar enfoques de gênero; e também de organizações feministas que vêm trabalhando com mulheres rurais. Com base em grupos de caráter local e comunitário, incentivam a autonomia econômica das mulheres e reforçam o seu papel de lideranças. Como exemplos podem ser citados a Sempreviva Organização Feminista (SOF), com sede em

São Paulo; o SOS-Corpo Instituto Feminista para a Democracia, com sede em Recife; a Casa da Mulher do Nordeste, também com sede em Recife; o Centro Feminista 8 de Março, em Mossoró, entre outras que têm assessorado os movimentos de mulheres em suas mobilizações e na interlocução com poderes públicos; e também promovido experiências produtivas e de comercialização solidária envolvendo grupos de mulheres rurais.

II. O panorama atual no Brasil

A partir de 2003, com a mudança do governo federal do Brasil para uma proposta popular, fortaleceram-se as possibilidades de diálogo entre os movimentos de mulheres rurais e setores governamentais. Reforçado pelos resultados de duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2003 e 2007), nas quais a participação das agricultoras familiares foi bastante expressiva, o governo federal vem estruturando uma série de políticas públicas com enfoque de gênero e visando o empoderamento das mulheres, cujo principal motor, no que diz respeito ao meio rural, é a Assessoria Especial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A política mais conhecida é PRONAF-Mulher, uma modalidade de crédito específica para mulheres, no âmbito do Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Entre as demais políticas que foram implantadas, podemos citar: a titulação conjunta obrigatória entre homens e mulheres nos assentamentos de Reforma Agrária; a mudança de critérios para que as mulheres solteiras possam ser beneficiadas com a posse da terra; as mudanças na assistência técnica aos assentamentos, com enfoque de gênero; políticas de assistência técnica produtiva e de comercialização, específicas para grupos de mulheres; a criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural; do Programa de Apoio à Organização Produtiva de Mulheres Rurais; políticas de apoio à sua organização para participação em processos de negociação sobre os territórios rurais; e políticas específicas de etno-desenvolvimento para mulheres quilombolas e indígenas.

Apesar dos avanços representados por essas medidas, trabalhadoras rurais, agricultoras familiares e camponesas, em geral, ainda vivem uma série de dificuldades em sua vida cotidiana, sobretudo em função da sua falta de autonomia econômica e pessoal. São também afetadas pela falta de infra-estrutura no meio rural, que dificulta as condições para o cumprimento das tarefas domésticas (busca de água, lenha, falta de condições sanitárias); assim como pela falta de estradas, escolas e postos de saúde.

As mulheres agricultoras ainda são invisibilizadas como trabalhadoras e como cidadãs. Seu trabalho é considerado apenas uma ajuda

dentro da família, enquanto o homem é considerado como o verdadeiro produtor rural; seus conhecimentos e experiências são menosprezados; a representação pública da família é outorgada ao homem, permanecendo as mulheres restritas ao mundo doméstico.

Quando assalariadas, ocupam os trabalhos mais precários, instáveis, sem garantias legais; e ganham menos do que os homens, pelo mesmo trabalho; suas habilidades e especializações são utilizadas sem o pagamento correspondente (por conta da “naturalização” dos seus conhecimentos, considerados inerentes à condição feminina); realizam as tarefas mais rotineiras e que exigem mais atenção; estão sob constante vigilância, para manterem-se obedientes e dóceis. Seu trabalho é considerado “leve” e sua renda complementar aos ganhos dos homens, configurando uma situação de super exploração, por sua condição de gênero.

Quando agricultoras familiares, têm menor acesso à terra e aos instrumentos de produção; via de regra não recebem rendimentos por seu trabalho, pois seus resultados são somados à renda da família, cujo uso será decidido, na maioria das vezes, sem a sua participação direta. Muitas vezes as mulheres não têm poder de decisão sobre aspectos produtivos ou sobre a comercialização dos produtos da unidade familiar, embora contribuam como força de trabalho direta nas lavouras e criações, e ainda nas atividades de manutenção da família. Essa situação tem mudado lentamente, no campo,

após a obtenção da aposentadoria e de outros benefícios sociais (como o Programa Bolsa-Família, de transferência de renda) que as privilegiam como beneficiárias; e também com o avanço da discussão sobre a necessidade de garantia da autonomia econômica das mulheres, proposta por certos movimentos; porém, isso não é a regra na agricultura familiar.

Agricultoras ainda sofrem com a falta de documentos civis e fiscais básicos, tais como Registro de Nascimento, Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física, e outros, decorrente da invisibilidade do seu trabalho e subalternidade em que vivem dentro da família rural. No caso da agricultura familiar, um documento importantíssimo é a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), necessário para ter acesso a muitas políticas estatais. Sem esses documentos, ficam excluídas de receber benefícios, constituindo-se em mais um fator de discriminação.

Dentro das famílias, é evidente a sua sobrecarga de trabalho, pelo acúmulo do trabalho doméstico (cuidado da casa, dos filhos, do marido) com as tarefas agrícolas; além disso, muitas vezes, realizam atividades extras para obtenção de renda, tais como lavagem de roupas, venda de artesanatos, transformação de produtos (industrialização caseira de pães, doces, conservas), etc.

Como mencionado acima, apenas recentemente as mulheres rurais têm sido consideradas beneficiárias de políticas públicas. Instituições

como bancos, órgãos de assistência técnica e organizações não governamentais ainda hoje relutam em reconhecê-las como sujeitos portadores de direitos e capazes de tomar as suas próprias decisões, dificultando ou mesmo impedindo que elas tenham acesso aos programas existentes.

Políticas de desenvolvimento rural ainda são decididas e implantadas sem a participação ativa das mulheres e sem levar em consideração os seus pontos de vista; sem que elas sejam incluídas como beneficiárias, ou que sejam contabilizados os prejuízos que eventualmente sofrerão com a perda de condições para exercer suas atividades. O avanço de grandes projetos de culturas para exportação ou para agro-combustíveis, por exemplo, muitas vezes, se dá à custa das áreas ocupadas pela produção de alimentos, sob responsabilidade das mulheres. A contaminação da água, a diminuição das fontes de lenha ou das áreas de coleta de produtos, são fatores de piora nas suas condições específicas de trabalho, que muitas vezes não entram nos cálculos monetários de avaliação dos impactos das transformações propostas.

Muito do que já mudou no meio rural no sentido de melhorar a vida das mulheres, como vimos, foi resultado das reivindicações históricas e mobilizações dos vários movimentos de mulheres rurais, que encontraram setores governamentais sensíveis às suas propostas e dispostos a construir alianças para a implantação de propostas inovadoras.

O desafio colocado para essas políticas, no entanto, está em conseguirem estreitar alianças com outros setores tais como sindicatos, igrejas, organizações não-governamentais, partidos políticos e órgãos de extensão rural, no sentido de se institucionalizar o espaço a ser ocupado permanentemente pelas mulheres rurais: como sujeitos plenos de direitos e como beneficiárias diretas de políticas, e não apenas como componentes subordinados dentro da unidade familiar de produção.

III. As mulheres rurais e os temas da soberania e segurança alimentar

Saúde e alimentação são temas que aparecem vinculados nas propostas dos movimentos de mulheres, como elementos importantes para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável no meio rural, baseado em formas familiares de produção. A alimentação saudável (com diversidade de alimentos, sem resíduos químicos ou contaminações) é vista como condição para a saúde física e mental das pessoas e também como fator de proteção do meio ambiente. A revitalização do uso de plantas medicinais e de outras práticas de medicina natural, que tradicionalmente eram realizadas pelas mulheres e foram desprezadas com a crescente “medicalização” da saúde; o combate ao uso

dos agrotóxicos; assim como outras medidas de saneamento ambiental, são aspectos importantes sobre a sustentabilidade desse modelo que vêm sendo questionados pelos movimentos de mulheres, assim como a mudança no relacionamento entre as pessoas e entre essas e o meio natural onde vivem e trabalham.

A produção de alimentos voltada para o consumo interno, sem a dilapidação dos recursos naturais, pressupõe políticas de apoio à diversificação de cultivos, o monitoramento dos impactos ambientais das práticas agrícolas atuais, o estímulo a práticas conservacionistas com relação à biodiversidade e apoio aos circuitos locais de comercialização. Contrapõe-se, portanto, ao avanço das monoculturas e plantios extensivos, vistos como o símbolo de uma visão imediatista, equivocada e irracional de uso dos recursos naturais.

Para os movimentos de mulheres, um novo modelo de desenvolvimento deve ser capaz de melhorar as condições de sobrevivência das famílias de agricultores, mas em bases sustentáveis ao longo do tempo. Parte-se da avaliação de que o desenvolvimento do capitalismo no campo, baseado na concentração da propriedade e da renda, tem sido socialmente excludente, destruidor do meio-ambiente e gerador de dependência econômica perante grandes capitais transnacionais.

Um novo modelo teria a defesa da *soberania alimentar* como princípio orientador

de todas as políticas, vista como o direito que os povos, os países, ou as uniões de Estados têm de definir suas políticas agrícolas e alimentares e proteger sua produção e sua cultura alimentar. Esse conceito, popularizado internacionalmente pela Via Campesina a partir de 1996, pretende superar a visão de segurança alimentar, centrada muitas vezes somente na questão do acesso físico aos alimentos, sem levar em consideração a sua origem. Para esses movimentos, o conceito de segurança alimentar tem sido usado por muitos governos como justificativa para a importação de alimentos ou o recebimento de doações, que, muitas vezes, desestruturam a produção camponesa naqueles países.

Os movimentos de mulheres rurais têm utilizado o conceito de soberania alimentar também no sentido de garantir o direito dos agricultores e das agricultoras de definir o quê e como plantar, e, especialmente, de utilizar as próprias sementes (o que inclui a luta contra os transgênicos); e de garantir a preservação dos bens ambientais e o seu acesso por parte dos camponeses (bosques, fontes de água, energia, etc.). Têm conduzido muitas experiências concretas de produção “alternativa”: em pequena escala, sem uso de agrotóxicos, baseadas nos princípios da agroecologia e centradas em circuitos locais de comercialização. Mas ao mesmo tempo, estiveram à frente de ações públicas massivas contra grandes empresas (laboratórios farmacêuticos que produzem os

transgênicos e os agrotóxicos), e em defesa da biodiversidade. Esses movimentos têm participado, ainda, de eventos internacionais onde se constroem propostas para orientar suas ações políticas, como foram os Fóruns por Soberania Alimentar ocorridos em Havana, Cuba (2001) e em Nyéleni, no Mali (2007) e outros eventos.

Em Nyéleni, particularmente, se reafirmou que o direito à alimentação tem uma dimensão social e também individual. Muitas vezes no interior das famílias a comida é distribuída de forma desigual, com prejuízo para as mulheres e meninas. Por outro lado, também se afirmou a necessidade de reconhecer não apenas os aportes das mulheres à produção agrícola, mas, sobretudo, os seus conhecimentos e sabedoria, historicamente acumulados, no preparo e na distribuição dos alimentos.

Muitos grupos de mulheres, de fato, focalizam a sua atuação na produção de alimentos (*in natura* ou transformados); no cultivo de pequenos animais; na preservação e na aclimação de espécies (por meio de bancos de sementes ou de conservação nas propriedades); na transmissão de conhecimentos sobre a produção e o uso de plantas medicinais, por exemplo. Muitas dessas atividades não são valorizadas socialmente, consideradas apenas “atividades complementares” aos cultivos comerciais, considerados “principais” e sob responsabilidade dos homens. A inclusão dessas experiências como passíveis de serem apoiadas

financeira e tecnicamente por políticas públicas (como, por exemplo, está ocorrendo com o Programa de Aquisição de Alimentos, de apoio à comercialização, criado pelo governo federal brasileiro em 2003) têm mostrado resultados positivos para o fortalecimento das mulheres e para a dinamização dos mercados locais de alimentos.

Os movimentos de mulheres vêm trabalhando essas questões, por um lado, valorizando as experiências concretas das mulheres, nas casas, nas comunidades, buscando fortalecê-las como sujeitos dessas experiências; e, ainda, propondo a valorização da alimentação saudável e das questões da saúde das pessoas e do ambiente como parte de uma discussão mais geral sobre o sistema agroalimentar, propondo, em espaços mistos, formas de enfrentar esse modelo.

Não é uma discussão isolada, na qual as mulheres permanecem em um gueto, discutindo “coisas de mulher”. Elas se investem da condição de defensoras de um modelo produtivo centrado na produção de alimentos e sustentável ambientalmente, em função de que essas sempre foram tarefas suas na divisão do trabalho. Mas avançam, como já vimos, para o questionamento sobre as multinacionais do setor, posicionando-se quanto aos problemas gerados pela monopolização das sementes, o uso da terra para outros produtos que não os alimentos, os agrotóxicos, a alimentação industrializada, entre outros temas de abrangência mais geral.

A forte politização com que essas lutas vêm sendo colocadas publicamente –com ações de enfrentamento a grandes empresas, a laboratórios transnacionais, disputas por políticas públicas, críticas a acordos comerciais internacionais– evidenciam que não se trata, para elas, de lutas menores, mas de embates de projetos em que as mulheres estão se posicionando a partir da sua condição de gênero, no sentido de uma transformação social mais ampla.

IV. Desafios para pensar o desenvolvimento rural com soberania alimentar e equidade de gênero

Existem questões a serem repensadas, para que as políticas de desenvolvimento rural contemplem efetivamente as demandas das mulheres e avancem na construção de um novo modelo de desenvolvimento mais justo e equitativo, com soberania e segurança alimentar.

Em primeiro lugar, é necessária a valorização do conjunto de atividades necessárias à sustentação da vida humana, como apontado por teóricas da Economia Feminista (NOBRE, 2008). Para além da separação entre a produção e a reprodução, feita pela economia tradicional, que hoje segregava as mulheres às atividades de reprodução –e não as valoriza, uma vez que só

têm valor o que é trocado no mercado– é preciso apontar os nexos existentes entre essas duas esferas e dar um novo status às atividades da reprodução (trabalho doméstico, comunitário, de cuidados) como um trabalho necessário para o conjunto da sobrevivência humana no planeta.

Isso não quer dizer que tenha que ser uma tarefa exclusiva das mulheres. Hoje vista como atribuição das mulheres, a reprodução é naturalizada por conta da condição biológica das mulheres de serem criadoras da vida, e reforçada pela imagem de que as mulheres são necessariamente seres altruístas, que só se realizam ao cuidar dos demais. Porém, parte dos movimentos de mulheres rurais tem questionado esses construtos ideológicos, mostrando que são imagens que aprisionam as mulheres em estereótipos funcionais ao patriarcado e ao capitalismo, elementos que potencializam a sua exploração e submissão. Valorizar e melhor dividir o trabalho doméstico entre mulheres e homens é uma luta que vem sendo colocada historicamente pelos movimentos feministas que também é assumida pelos movimentos rurais como parte da sua luta por modelo de agricultura familiar que não seja opressivo para as mulheres.

Uma segunda questão diz respeito ao tipo de agricultura que se pretende estimular, do ponto de vista da tecnologia de produção e das formas de inserção dos produtos no mercado, vistas também pelo crivo da sustentabilidade ao longo do tempo. Existem diferentes

propostas hoje sobre como tratar essas questões, que muitas vezes esbarram em distintas perspectivas entre mulheres e homens. Os discursos das mulheres, muitas vezes, consideram preferível uma situação em que se renuncia a ganhos no presente em nome da sustentabilidade no médio e longo prazo; enquanto os dos homens parecem preferir o contrário. Essa discussão aparece, por exemplo, como um dilema entre investir na produção para o autoconsumo ou produzir para vender; policultura X monocultura, derrubada de bosques X preservação, etc..

São questões vinculadas às atribuições de gênero e aos modelos de masculinidade e feminilidade construídos socialmente e fortemente presentes no meio rural: os homens, como provedores econômicos, são mais pressionados a priorizar a renda monetária, que lhes proporciona reconhecimento social imediato; enquanto as mulheres são mais propensas a aceitar viver com menos recursos financeiros, desde que a sobrevivência familiar esteja assegurada ao longo do tempo, ainda que seja à custa da exploração do seu trabalho. Não são dilemas fáceis de serem resolvidos, em um contexto de tendência ao empobrecimento e à marginalização da agricultura familiar e de desestruturação das suas condições de sobrevivência.

Uma terceira questão que extrapola o meio rural diz respeito à mudança do modelo de consumo hegemônico em nossas sociedades,

especialmente com relação à alimentação, que homogeneiza os hábitos alimentares e promove a substituição de valores tais como cultura alimentar, qualidade nutricional, comensalidade, por outros, como praticidade, aparência, relação custo X benefício. A falta de tempo, a sobrecarga de trabalho, as exigências da sociedade com relação ao corpo restringem o quê e como as pessoas conseguem se alimentar, que passam a ser definidos pela indústria processadora de alimentos e pelas grandes cadeias de supermercados. A maioria das pessoas não tem como fugir desse padrão, por falta de opções concretas no cotidiano. O mercado também se segmenta: para as pessoas das classes populares –tratadas como máquinas que devem apenas repor suas necessidades biológicas– alimentos menos elaborados, padronizados; e para as pessoas que podem pagar, alimentos carregados de experiência e de cultura, tais como os produtos de origem controlada, livres de contaminação, etc. Enquanto isso, as mulheres continuam responsáveis pela alimentação dentro dos lares; o que implica que, as propostas de mudanças nos modelos de consumo não podem ser construídas sem que a sua sobrecarga de trabalho seja considerada. (NOBRE, 2008).

Alianças entre esses diferentes setores serão necessárias, para que se possa assegurar que haja alimentos de qualidade para todos e que se possam melhorar as relações das

peças com a sua alimentação e saúde, que não dependa da energia doada compulsoriamente pelas mulheres para o conjunto da sociedade. A perspectiva de um sistema agroalimentar sustentável, tal como abraçada por esses movimentos, teria que ser construída em paralelo a outras relações de produção e consumo, em que produtores e produtoras, consumidores e consumidoras tenham seus trabalhos valorizados e em que as condições de acesso a alimentos de qualidade, em quantidade, e de forma culturalmente aceitas, fossem garantidas a todas as pessoas indistintamente. Essas têm sido as lutas por soberania alimentar dos diferentes movimentos de mulheres rurais no Brasil nos últimos anos.

Referencias bibliográficas

- HEREDIA, B; CINTRÃO, R. (2006), "Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro". Em: *O PROGRESSO das mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM/Fundação Ford/CEPIA.
- MEDEIROS, L. (2008), *Marcha das Margaridas: novas nuances nas lutas por direitos no campo*. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=3718. Acesso em: agosto 2008.
- MOVIMENTO de Mulheres Camponesas (2006), *Boletim Eletrônico*, n.5, 15 mar 2006. Disponível em http://www.sof.org.br/arquivos/doc/mulheres_e_eucaliptos.doc. Acesso em 01 nov. 2006.
- NOBRE, M. (2008), *Feminismo y Soberania Alimentaria*. IV Jornadas Estrategias Positivas de Desarrollo: Soberanía Alimentaria desde y para el empoderamiento de las mujeres. Bilbao, Dirección de Cooperación y Desarrollo del Gobierno Vasco y Área de Mujer y Cooperación al Desarrollo del Ayuntamiento de Bilbao, 2008.
- SILIPRANDI, E. (2009), *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília.
- SILVA, B. (2008), *A Marcha das Margaridas: resistências e permanências*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.

